

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	34
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	35
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	36
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.667.456.196
Preferenciais	0
Total	1.667.456.196
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	4.161.000	3.988.000
1.01	Ativo Circulante	214.000	258.000
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	119.000	140.000
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.000	31.000
1.01.03	Contas a Receber	42.000	46.000
1.01.03.01	Clientes	42.000	46.000
1.01.03.01.01	Contas a receber das operações	42.000	46.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.000	26.000
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	21.000	15.000
1.01.08.03	Outros	21.000	15.000
1.01.08.03.02	Despesas antecipadas e outros créditos	21.000	15.000
1.02	Ativo Não Circulante	3.947.000	3.730.000
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	16.000	16.000
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	16.000	16.000
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	5.000	6.000
1.02.01.10.04	Sinistro a receber	4.000	2.000
1.02.01.10.05	Tributos a Recuperar	3.000	3.000
1.02.01.10.06	Outros créditos	4.000	5.000
1.02.03	Imobilizado	162.000	162.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	98.000	101.000
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	4.000	5.000
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	60.000	56.000
1.02.04	Intangível	3.769.000	3.552.000
1.02.04.01	Intangíveis	3.769.000	3.552.000
1.02.04.01.02	Intangível	2.247.000	2.053.000
1.02.04.01.03	Infraestrutura em construção	1.522.000	1.499.000

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	4.161.000	3.988.000
2.01	Passivo Circulante	554.000	583.000
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.000	12.000
2.01.02	Fornecedores	95.000	121.000
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.000	14.000
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.000	10.000
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.000	4.000
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	62.000	75.000
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	43.000	40.000
2.01.04.02	Debêntures	19.000	35.000
2.01.05	Outras Obrigações	329.000	325.000
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	122.000	120.000
2.01.05.02	Outros	207.000	205.000
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	199.000	199.000
2.01.05.02.04	Obrigações com o Poder Concedente	1.000	1.000
2.01.05.02.05	Outras obrigações	5.000	2.000
2.01.05.02.06	Passivo de arrendamento	2.000	3.000
2.01.06	Provisões	45.000	36.000
2.01.06.02	Outras Provisões	45.000	36.000
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	45.000	36.000
2.02	Passivo Não Circulante	1.756.000	1.736.000
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.649.000	1.645.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	596.000	602.000
2.02.01.02	Debêntures	1.053.000	1.043.000
2.02.02	Outras Obrigações	15.000	14.000
2.02.02.02	Outros	15.000	14.000
2.02.02.02.04	Passivo de arrendamento	2.000	2.000
2.02.02.02.05	Fornecedores	13.000	12.000
2.02.03	Tributos Diferidos	46.000	32.000
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.000	32.000
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	46.000	32.000
2.02.04	Provisões	46.000	45.000
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	11.000	9.000
2.02.04.01.06	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e contratuais	11.000	9.000
2.02.04.02	Outras Provisões	35.000	36.000
2.02.04.02.04	Provisão de manutenção	35.000	36.000
2.03	Patrimônio Líquido	1.851.000	1.669.000
2.03.01	Capital Social Realizado	1.558.000	1.408.000
2.03.02	Reservas de Capital	1.000	1.000
2.03.04	Reservas de Lucros	259.000	260.000
2.03.04.01	Reserva Legal	54.000	54.000
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	205.000	206.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	33.000	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	307.000	345.000
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-232.000	-259.000
3.02.01	Custo de construção	-164.000	-197.000
3.02.02	Serviços	-14.000	-11.000
3.02.03	Custo com Poder Concedente	-4.000	-4.000
3.02.04	Depreciação e amortização	-22.000	-15.000
3.02.05	Custo com pessoal	-10.000	-13.000
3.02.06	Provisão de manutenção	-10.000	-9.000
3.02.07	Materiais, equipamentos e veículos	-5.000	-5.000
3.02.08	Energia elétrica	-1.000	-1.000
3.02.09	Seguros	-2.000	-2.000
3.02.10	Outros	0	-2.000
3.03	Resultado Bruto	75.000	86.000
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.000	-18.000
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.000	-18.000
3.04.02.01	Serviços	-2.000	-3.000
3.04.02.02	Depreciação e amortização	-3.000	-2.000
3.04.02.03	Despesas com pessoal	-6.000	-8.000
3.04.02.04	Materiais, equipamentos e veículos	0	-1.000
3.04.02.08	Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos	-1.000	-1.000
3.04.02.09	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-2.000	0
3.04.02.10	Indenizações cíveis e trabalhistas	-1.000	-1.000
3.04.02.11	Despesas com brindes	-5.000	0
3.04.02.12	Gastos compartilhados	-1.000	-1.000
3.04.02.13	Outras receitas (despesas) operacionais	0	-1.000
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	54.000	68.000
3.06	Resultado Financeiro	-3.000	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	51.000	68.000
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.000	-23.000
3.08.01	Corrente	-4.000	-13.000
3.08.02	Diferido	-14.000	-10.000
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	33.000	45.000
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	33.000	45.000
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02093	0,03788
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,02093	0,03788

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	33.000	45.000
4.03	Resultado Abrangente do Período	33.000	45.000

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	109.000	73.000
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	94.000	91.000
6.01.01.01	Lucro líquido do período	33.000	45.000
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.000	10.000
6.01.01.03	Depreciação e amortização	24.000	17.000
6.01.01.05	Constituições líquidas de rev. e atual. para prov. de riscos cíveis, trab., prev., trib. e contrat.	3.000	1.000
6.01.01.06	Juros e variação monetária sobre financiamento	49.000	46.000
6.01.01.07	Constituição da provisão de manutenção	10.000	9.000
6.01.01.08	Reversão do ajuste a valor presente provisão de manutenção	2.000	2.000
6.01.01.10	Rendimento de aplicação financeira	0	-1.000
6.01.01.11	Juros e variação monetária sobre obrigações com partes relacionadas	2.000	1.000
6.01.01.13	Depreciação - direito de uso de arrendamento	1.000	1.000
6.01.01.14	Capitalização de custo de empréstimos	-44.000	-40.000
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	15.000	-18.000
6.01.02.01	Contas a receber das operações	4.000	-2.000
6.01.02.03	Tributos a recuperar	1.000	-1.000
6.01.02.05	Despesas antecipadas e outras	-4.000	8.000
6.01.02.07	Sinistros	-2.000	0
6.01.02.08	Realização da provisão de manutenção	-4.000	0
6.01.02.10	Fornecedores	21.000	-34.000
6.01.02.11	Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	0	10.000
6.01.02.12	Obrigações sociais e trabalhistas	-3.000	-2.000
6.01.02.13	Impostos e contribuições a recolher	3.000	10.000
6.01.02.14	Pagamentos com imposto de renda e contribuição social	-3.000	-10.000
6.01.02.15	Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	-1.000	0
6.01.02.17	Outras obrigações	3.000	3.000
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-221.000	-157.000
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-5.000	-3.000
6.02.02	Adições ao ativo intangível e infraestrutura em construção	-241.000	-197.000
6.02.03	Aplicações financeiras líquidas de resgate	1.000	27.000
6.02.04	Outros de ativo intangível	1.000	0
6.02.05	Aplicação - conta reserva	23.000	16.000
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	91.000	-3.000
6.03.01	Passivo de arrendamento - pagamentos de juros	-1.000	-1.000
6.03.03	Empréstimos, financiamentos e debêntures - (Pagamentos de juros)	-45.000	-2.000
6.03.04	Empréstimos, financiamentos e debêntures - (Pagamentos de principal)	-13.000	0
6.03.05	Integralização de capital	150.000	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-21.000	-87.000
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	140.000	282.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	119.000	195.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.408.000	1.000	259.000	0	0	1.668.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.408.000	1.000	259.000	0	0	1.668.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	150.000	0	0	0	0	150.000
5.04.01	Aumentos de Capital	150.000	0	0	0	0	150.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	33.000	0	33.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	33.000	0	33.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.558.000	1.000	259.000	33.000	0	1.851.000

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.188.000	0	194.000	0	0	1.382.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.188.000	0	194.000	0	0	1.382.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	45.000	0	45.000
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	45.000	0	45.000
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.188.000	0	194.000	45.000	0	1.427.000

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	337.000	358.000
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	321.000	358.000
7.01.02	Outras Receitas	16.000	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-212.000	-236.000
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-27.000	-23.000
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.000	-7.000
7.02.04	Outros	-174.000	-206.000
7.02.04.01	Custo de construção	-164.000	-197.000
7.02.04.02	Provisão de manutenção	-10.000	-9.000
7.03	Valor Adicionado Bruto	125.000	122.000
7.04	Retenções	-25.000	-18.000
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.000	-18.000
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	100.000	104.000
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.000	9.000
7.06.02	Receitas Financeiras	6.000	9.000
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	106.000	113.000
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	106.000	113.000
7.08.01	Pessoal	13.000	16.000
7.08.01.01	Remuneração Direta	8.000	11.000
7.08.01.02	Benefícios	5.000	4.000
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	1.000
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	35.000	41.000
7.08.02.01	Federais	27.000	33.000
7.08.02.03	Municipais	8.000	8.000
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.000	11.000
7.08.03.01	Juros	25.000	9.000
7.08.03.02	Aluguéis	0	2.000
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	33.000	45.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	33.000	45.000

Comentário do Desempenho

1. ANÁLISE DE DESEMPENHO OPERACIONAL VIASUL

Janeiro a Março/2026

A Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (“ViaSul” ou “Companhia” ou “Concessionária”) é uma sociedade por ações controlada pela Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. (“Motiva”), a qual detém 100% do capital social da Companhia.

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis para a apresentação das informações trimestrais e as comparações são referentes ao 1T2025.

1.1. Principais destaques

No primeiro trimestre de 2026, a Companhia manteve um ritmo consistente de execução das obras de infraestrutura, com ênfase na modernização e no reforço da segurança viária. No período, houve avanço significativo nas frentes de trabalho da duplicação da BR-386/RS, além da execução de estruturas estratégicas, reafirmando a relevância desse corredor logístico para o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

A principal obra da Companhia é a duplicação da BR-386/RS, iniciada em 2021, com conclusão prevista para o 18º ano da concessão. O empreendimento compreende a duplicação de aproximadamente 165 quilômetros, entre os municípios de Carazinho/RS e Canoas/RS, abrangendo um dos mais relevantes corredores de escoamento da produção do Rio Grande do Sul.

Atualmente, estão em execução as obras do trecho de 25,6 km entre os municípios de Soledade/RS e Fontoura Xavier/RS, do km 243+600 ao km 269+200, com previsão de conclusão em junho de 2026. Adicionalmente, seguem em andamento as obras de duplicação do trecho de 30,5 km entre os municípios de Tio Hugo/RS e Soledade/RS, do km 213+100 ao km 243+600, com previsão de conclusão em dezembro de 2026.

No primeiro trimestre, foram concluídas as obras da passarela localizada no km 23+750 da BR-101, bem como da marginal localizada no km 344 do segmento E da BR-386, compreendido entre os km 324+100 e 344+400. As intervenções contemplaram serviços de pavimentação, drenagem profunda, sinalização horizontal e vertical, além da implementação de soluções de contenção.

Comentário do Desempenho

Adicionalmente, a Companhia destaca a conclusão das obras de recuperação de pavimento flexível na BR 290 e BR 386 Pista Dupla e o bom avanço nas obras de recuperação da BR 386 Pista Simples. Ainda assim, para o ano de 2026 as equipes continuarão mobilizadas nas 4 rodovias da concessão, contando com frentes de Fresagem e Recomposição, Reforço de Pavimento, Drenagem, Microrrevestimento e Pavimento Rígido, buscando garantir as obrigações contratuais.

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation, and Amortization*) ajustado da Companhia no primeiro trimestre de 2026 foi menor do que o obtido no mesmo período do ano anterior em -5,3%, e a margem EBITDA ajustada foi inferior em 1,3pp. A receita líquida teve uma retração de -3,4%, enquanto os custos e despesas, desconsiderando o custo de construção, mantiveram-se estáveis.

Abaixo os principais indicadores financeiros da Companhia, expressos em R\$/milhões:

Valores em R\$ Milhões	31/03/2026	31/03/2025	Δ%
Receita líquida operacional	143	148	-3,4%
EBIT ajustado (a)	54	67	-19,4%
Margem EBIT ajustado (a)	37,8%	45,3%	-7,5 pp
EBITDA ajustado (a)	89	94	-5,3%
Margem EBITDA ajustado (a)	62,2%	63,5%	-1,3 pp
Lucro Líquido	33	45	-26,7%

(a) As margens EBIT (*Earnings Before Interest and Taxes*) e EBITDA ajustadas foram calculadas por meio da divisão do EBIT e EBITDA ajustados pelas receitas líquidas operacionais, excluídas as receitas de construção.

- A receita líquida operacional foi de R\$ 143 milhões (menor em 3,4% que o 1T2025);
- O EBIT ajustado foi de R\$ 54 milhões (menor em 19,4% que o 1T2025) e a Margem EBIT ajustada foi de 37,8% (redução de 7,5 p.p. comparado com o 1T2025);
- O EBITDA ajustado foi de R\$ 89 milhões (menor em 5,3% que o 1T2025) e a margem EBITDA ajustada foi de 62,2% (menor em 1,3 p.p. que o 1T2025); e
- O lucro líquido foi de R\$ 33 milhões (menor em 26,7% que o 1T2025).

Comentário do Desempenho

1.2. Volumes de Tráfego em comparação com igual período do ano anterior

Em Unidades	31/03/2026	31/03/2025	Δ%
Veículos Leves	14.192.281	14.873.872	-4,6%
Veículos Pesados (Veq ¹)	14.286.206	14.410.433	-0,9%
Total Veículos Equivalentes (Veq¹)	28.478.487	29.284.305	-2,8%

¹ Veq - Veículos equivalentes é a medida calculada adicionando aos veículos leves, os veículos pesados (comerciais como caminhões e ônibus) multiplicados pelos respectivos números de eixos cobrados. Um veículo leve equivale a um eixo de veículo pesado.

Veículos Passeio ou leve (-4,6%)

Na Companhia, há forte influência dos fluxos turísticos, com principais destinos voltados ao litoral dos estados RS e SC. O tráfego de veículos de passeio no 1T2026 apresentou queda de -4,6% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, o que pode ser atribuído às condições climáticas menos favoráveis aos fluxos sazonais (temperaturas em geral mais baixas). É importante ressaltar que 2025 foi marcado por uma base forte de tráfego, com condições climáticas bastante favoráveis ao turismo e elevado fluxo de turistas, inclusive estrangeiros. Assim, observou-se queda de tráfego nos eixos turísticos da BR-290/RS (-6,8%, praças de Gravataí e Patrulha) e da BR-101/RS (-7,6%, praça de Três Cachoeiras). Já no eixo da BR-386/RS, observou-se aumento de 2,1% em relação ao mesmo trimestre do ano passado.

Veículos Comercial ou pesados (-0,9%)

O tráfego comercial no 1T2026 apresentou queda de -0,9% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. O crescimento do tráfego comercial é impulsionado pelo avanço da atividade econômica no estado do RS, mas sofre também os efeitos negativos, na comparação entre anos, da queda nos fluxos turísticos e das cadeias logísticas associadas (distribuição local, etc). Nesse sentido, o maior crescimento ocorreu no eixo da BR-386/RS (2,5 %), e queda nos eixos da BR-290/RS (-3,0%) e BR-101/RS (-4,0%).

Comentário do Desempenho

Receita bruta operacional

Valores em R\$ Milhões	31/03/2026	31/03/2025	Δ%
Receita de pedágio	157	162	-3,1%
Receita de construção	164	197	-16,8%
Receita Bruta Total	321	359	-10,6%

Receita de pedágio: A receita diminuiu 3,1% no 1T2026 em relação ao 1T2025, como consequência da retração no volume de tráfego em 2,8%.

Receitas acessórias: A exploração das receitas provenientes da utilização da faixa de domínio do Sistema Rodoviário da Concessionária é submetida a autorização da agência reguladora, a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres). No contrato de concessão está previsto que as receitas do exercício são reduzidas do reajuste tarifário no ano seguinte, ou seja, ajustadas na tarifa de pedágio. As receitas acessórias não apresentaram variação nos períodos sob análise.

Receita de construção: No 1T2026 os investimentos em obras de ampliação foram menores em 16,8% que o mesmo trimestre do ano anterior, em decorrência do menor volume de investimentos previsto para o período, de acordo com o PER – Programa de Exploração da Rodovia. As principais obras realizadas em 1T2025 e que seguem transcorrendo são: Segmento B, entre os KM 213+100 e KM 243+600; Segmento C, entre os KM 243+600 e KM 269+200; e recuperação dos sinistros de maio de 2024. Enquanto as principais obras realizadas no 1T2025, já concluídas, são: Segmento E, entre os km 324+100 e 344+400; e a Primeira intervenção nas pistas e marginais existentes da BR386, BR101, BR290, BR448. Além disso, no 1T2026 estão em execução as obras de Interconexão em Nova Santa Rita, nos km 434 e km 435.

Custos, despesas e outros resultados operacionais.

Valores em R\$ Milhões	31/03/2026	31/03/2025	Δ%
Custo de construção	(164)	(197)	-16,8%
Custos e despesas com pessoal	(16)	(21)	-23,8%
Materiais equipamentos e veículos	(5)	(6)	-16,7%
Serviços de terceiros	(16)	(14)	14,3%
Outros custos e gastos gerais	(17)	(13)	30,8%
Provisão de manutenção	(10)	(9)	11,1%
Depreciação e amortização	(25)	(17)	47,1%
Total Custos e despesas	(253)	(277)	-8,7%

Comentário do Desempenho

Custo de construção: No 1T2026 os investimentos em obras de ampliação foram menores em 16,8% que o mesmo trimestre do ano anterior, em decorrência do menor volume de investimentos previsto para o período, de acordo com o PER – Programa de Exploração da Rodovia. As principais obras realizadas em 1T2025 e que seguem transcorrendo são: Segmento B, entre os KM 213+100 e KM 243+600; Segmento C, entre os KM 243+600 e KM 269+200; e recuperação dos sinistros de maio de 2024. Enquanto as principais obras realizadas no 1T2025 já concluídas são: Segmento E, entre os km 324+100 e 344+400; e a Primeira intervenção nas pistas e marginais existentes da BR386, BR101, BR290, BR448. Além disso, no 1T2026 está em execução as obras de Interconexão em Nova Santa Rita, nos km 434 e km 435.

Custos e despesas com pessoal: a redução de 23,8% nos custos e despesas com pessoal é decorrente da redução de pessoal na área de arrecadação, com o aumento da adesão de usuários no autosserviço da cobrança de pedágio.

Materiais, equipamentos e veículos: A redução de 16,7% nos gastos com materiais, equipamentos e veículos é derivada principalmente do menor valor gasto com aluguel de veículos, em decorrência da aquisição de automóveis próprios.

Serviços de terceiros: Os gastos com serviços de terceiros aumentaram em 14,3% no 1T2026 em relação ao mesmo período de 2025, decorrente sobretudo de um represamento em serviços de conservação da rodovia no 1T2025, ajustados no decorrer do próprio ano, de maneira que os valores no primeiro trimestre ficaram menores do que o esperado. No 1T2026 os serviços de conservação apresentaram-se em seu patamar de recorrência.

Outros custos e gastos gerais: Os outros custos e gastos gerais apresentaram aumento de 30,8% no 1T2026 em relação ao mesmo período de 2025. Essa conta concentra os efeitos de reclassificação em milhões referentes aos grupos que foram suprimidos.

Provisão de manutenção: O aumento de 11,1% no 1T2026 em relação ao mesmo período de 2025 deve-se à crescente curva de benefícios e à proximidade das obras.

Depreciação e amortização: O aumento de 47,1% refere-se à finalização de obras que estavam em andamento e foram concluídas após o 1T2025.

Comentário do Desempenho**EBITDA e EBIT****Reconciliação do EBITDA**

Valores em R\$ Milhões	31/03/2026	31/03/2025	Δ%
Lucro líquido	33	45	-26,7%
(+) IR/CS	18	23	-21,7%
(+) Resultado financeiro	3	-	300,0%
(+) Depreciação e amortização	25	17	47,1%
EBITDA	79	85	-7,1%
<i>Margem EBITDA (a)</i>	<i>25,7%</i>	<i>24,6%</i>	<i>1,1 pp</i>
(+) Provisão de manutenção (b)	10	9	11,1%
EBITDA ajustado	89	94	-5,3%
<i>Margem EBITDA ajustada (c)</i>	<i>62,2%</i>	<i>63,5%</i>	<i>-1,3 pp</i>

Reconciliação do EBIT

Valores em R\$ Milhões	31/03/2026	31/03/2025	Δ%
Lucro líquido	33	45	-26,7%
(+) IR/CS	18	23	-21,7%
(+) Resultado financeiro	3	-	300,0%
EBIT	54	67	-19,4%
<i>Margem EBIT (a)</i>	<i>17,6%</i>	<i>19,4%</i>	<i>-1,8 pp</i>
EBIT ajustado	54	67	-19,4%
<i>Margem EBIT ajustada (c)</i>	<i>37,8%</i>	<i>45,3%</i>	<i>-7,5 pp</i>

(a) Cálculo efetuado segundo Instrução CVM nº. 156/2022.

(b) A provisão de manutenção refere-se à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica das rodovias, ajustada, pois se trata de item não caixa nas informações financeiras intermediárias; e

(c) As margens EBIT e EBITDA ajustadas, foram calculadas sobre a receita líquida, excluindo-se a receita de construção.

Comentário do Desempenho

Resultado financeiro líquido

Valores em R\$ Milhões	31/03/2026	31/03/2025	Δ%
Despesas financeiras	(9)	(8)	12,5%
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(27)	(21)	28,6%
Variações monetárias sobre empréstimos financ. e debêntures	(22)	(24)	-8,3%
Capitalização de custo dos empréstimos	44	40	10,0%
Ajuste a valor presente sobre provisão de manutenção	(2)	(2)	100,0%
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(2)	(1)	100,0%
Receitas Financeiras	6	10	-40,0%
Rendimento sobre aplicações financeiras	5	8	-37,5%
Juros e outras receitas financeiras	1	-	100,0%
Resultado financeiro líquido	(3)	2	-250,0%

A variação do resultado financeiro é explicada pelo aumento das despesas com juros, em decorrência das captações realizadas ao longo de 2025, e pelo menor rendimento das aplicações financeiras, em função da redução do saldo médio de caixa entre os períodos, em função principalmente da utilização de recursos para a realização dos investimentos de acordo com o PER (plano de exploração da rodovia) anexo ao Contrato de Concessão.

2. Investimentos

No 1º trimestre de 2026, estão em andamento as principais obras:

- Duplicação entre Soledade/RS e Fontoura Xavier/RS na BR-386/RS entre os km 243+600 e 269+200;
- Duplicação entre Tio Hugo/RS e Soledade/RS na BR-386/RS entre os km 213+100 e 243+60;
- Interconexão Nova Santa Rita km 434 e km 435.
- Recuperação dos pontos de sinistros.

3. Fatos relevantes sobre o Serviço de Atendimento ao Usuário (SAU)

A Companhia atua de forma alinhada ao Programa de Redução de Acidentes, que contempla o monitoramento contínuo e a execução de intervenções nos pontos previamente mapeados como mais suscetíveis à ocorrência de sinistros. Paralelamente, mantém esforços permanentes voltados ao aprimoramento da Segurança Viária, com foco na redução tanto da frequência quanto da gravidade dos acidentes.

Comentário do Desempenho

No primeiro trimestre de 2026, em comparação ao mesmo período do ano anterior, foi registrada uma redução de 40% no total de acidentes com vítimas feridas. Observa-se também uma queda de 40% no número de vítimas feridas, indicando uma evolução positiva dos indicadores de segurança. Esses resultados são derivados das ações preventivas adotadas pela Companhia.

Total de acidentes e vítimas	31/03/2026	31/03/2025	Δ%
Total de acidentes	625	862	-27%
Acidente c/ vítimas feridas	162	268	-40%
Acidente s/ vítimas	447	586	-24%
Acidentes com mortos	16	8	100%
Total de vítimas	250	397	-37%
Vítimas feridas	233	388	-40%
Número de mortos	17	9	89%

4. Considerações finais

As informações trimestrais (1T2026) da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A., aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios de legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

5. Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 31 da Resolução CVM n.º 80 de 29 de março de 2022 conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda. (“Grant Thornton”) sobre as informações trimestrais da Companhia, emitido nesta data, e com as respectivas informações trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março de 2026.

Porto Alegre, 12 de maio de 2026.

A Diretoria

Notas Explicativas



Notas Explicativas às Informações Trimestrais (ITR) findas em 31 de março de 2026

Para este ITR, houve alteração na unidade de apresentação dos saldos atuais e comparativos, que passaram de milhares de Reais para milhões de Reais.

Os saldos apresentados nestas ITRs estão expressos em milhões de Reais, arredondados para a respectiva unidade de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

Adicionalmente, para fins de submissão do formulário ITR no sistema da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que exige a inserção padronizada em milhares de Reais, os valores foram alimentados a partir dos saldos finais já arredondados em milhões, multiplicados por 1.000.

1. Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede está localizada na Avenida Paraná, n.º 2435, Bairro Navegantes, na cidade de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul.

Neste trimestre findo em 31 de março de 2026 não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. Entretanto, há previsão no contrato de concessão de direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia inclui o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

Notas Explicativas



1.1. Principais eventos ocorridos durante o trimestre findo em 31 de março de 2026

1.1.1. Outras informações relevantes – Processos judiciais, administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior (i.e. pandemia COVID-19), modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: (i) recebimento ou pagamento em caixa, (ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão, e (iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.

Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela Concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura. O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de

Notas Explicativas



concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

2. Apresentação das ITR

Estas informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstrações Intermediárias e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). Incluem também as disposições da Lei n.º 6.404/1976 e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Estas ITRs devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das ITRs estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 12 de maio de 2026, foi autorizada pela Administração da Companhia a emissão destas ITRs.

3. Políticas contábeis materiais

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas contábeis materiais e, portanto, mantém-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

4. Determinação dos valores justos

Neste trimestre não ocorreram mudanças nos critérios de determinação dos valores justos.

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Neste trimestre não ocorreram mudanças no gerenciamento de riscos financeiros.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 339 substancialmente composto por Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas e Juros sobre capital próprio a pagar, detalhados nas notas explicativas n.º 12 e 9, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Notas Explicativas



6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa	31/03/2026	31/12/2025
Caixa e bancos	1	5
Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a)	118	135
Total	119	140

Aplicações financeiras	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	7	31
Aplicações financeiras (a)	-	1
Conta reserva (b)	7	30
Total	7	31

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,40% do CDI, equivalente a 14,85% a.a., em 31 de março de 2026 (101,27 % do CDI, equivalente a 14,50% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2025).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
 (b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos, financiamentos e debêntures (notas explicativas n.ºs 13 e 14).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	42	46
Contas a receber das operações (a)	42	46
Total	42	46

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à Concessionária, créditos a receber decorrentes de vale pedágio e créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão.

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	31/03/2026	31/12/2025
Créditos a vencer	42	46
Total	42	46

Notas Explicativas



8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	31/03/2026	31/03/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	51	68
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	(17)	(23)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Outros ajustes tributários	(1)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(18)	(23)
Impostos correntes	(4)	(13)
Impostos diferidos	(14)	(10)
Alíquota efetiva do imposto	35,29%	33,82%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

Imposto de renda e a contribuição social diferidos	31/03/2026	31/12/2025
Ativo	51	48
Provisão de manutenção	27	24
IRPJ e CSLL s/ prejuízos fiscais e bases negativas	15	16
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	4	3
Provisão para participação nos resultados (PLR)	3	3
Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins	1	1
Programa de gratificação de longo prazo	1	1
Compensação de tributos ativos	(51)	(48)
Tributos ativos após a compensação	-	-
Passivo	(97)	(80)
Custo de transação de financiamentos	(9)	(8)
Capitalização de juros	(87)	(72)
Outros	(1)	-
Compensação de tributos passivos	51	48
Tributos passivos após compensação	(46)	(32)
Tributos diferidos líquidos	(46)	(32)
Movimentação do tributos diferidos	2026	2025
Saldo em 1º de janeiro	(32)	1
Reconhecimento no resultado	(14)	(10)
Saldo em 31 de março	(46)	(9)

Notas Explicativas



9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, assim como as transações que influenciaram os resultados dos períodos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora e outras partes relacionadas.

Saldos	31/03/2026			31/12/2025		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Passivo	211	110	321	210	109	319
Fornecedores e contas a pagar	121	1	122	120	-	120
Juros sobre capital próprio	90	109	199	90	109	199

Transações	31/03/2026			31/03/2025		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores	-	-	-	-	(2)	(2)
Despesas de comissão de fianças nas emissões de dívidas	(2)	-	(2)	(1)	-	(1)
Repasse de custos e despesas - CSC (*)	(14)	-	(14)	(16)	-	(16)

(*) Neste trimestre findo em 31 de março de 2026, a Companhia realizou o pagamento de R\$ 14 referente aos repasses de custos e despesas com a Controladora Motiva.

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de março de 2026, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia de até R\$ 2, incluindo salário, benefícios, remuneração variável pagas no ano e contribuição para seguridade social.

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2026, foi repassado através de rateio da Controladora o montante de R\$ 2, referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave referente as despesas e pagamentos de PPR com profissionais chave, não há outras remunerações da Administração.

9.1. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxa remuneração - garantia em emissão de dívidas	31/03/2026	31/12/2025
1,20% a.a.	2	3
Total	2	3

Notas Explicativas



10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado					Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Equipamentos operacionais			
Saldo em 1º de janeiro de 2025	-	34	5	-	59	98	64	162
Adições	-	-	-	-	-	-	31	31
Baixas	-	(14)	-	(6)	-	(20)	-	(20)
Transferências	-	25	-	6	5	36	(39)	(3)
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	2	-	-	-	2	-	2
Depreciação	-	(7)	(1)	-	(7)	(15)	-	(15)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	40	4	-	57	101	56	157
Custo	1	58	18	-	89	166	56	222
Depreciação acumulada	(1)	(18)	(14)	-	(32)	(65)	-	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	40	4	-	57	101	56	157
Adições	-	-	-	-	-	-	6	6
Transferências	-	1	-	-	1	2	(2)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	(1)	-	-	-	(1)	-	(1)
Depreciação	-	(2)	-	-	(2)	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de março de 2026	-	38	4	-	56	98	60	158
Custo	1	58	18	-	90	167	60	227
Depreciação acumulada	(1)	(20)	(14)	-	(34)	(69)	-	(69)
Saldo em 31 de março de 2026	-	38	4	-	56	98	60	158
Taxa média anual de depreciação %								
Em 31 de março de 2026	10	11	25	10	10			

Foram acrescentados aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 1 no trimestre findo em 31 de março de 2026 (R\$ 1 no trimestre findo em 31 de março de 2025). A taxa média de capitalização (custo de financiamentos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) nos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025 foi de 0,86% a.m. e 0,32% a.m..

11. Intangível e infraestrutura em construção

	Intangível				Infraestrutura em construção	Total do intangível
	Exploração da infraestrutura concedida	Sistemas informatizados	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação		
Saldo em 1º de janeiro de 2025	1.393	2	12	1.407	1.152	2.559
Adições	-	-	5	5	1.088	1.093
Transferências	716	3	(3)	716	(716)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	(2)	(2)	-	(2)
Amortização	(50)	(1)	-	(51)	-	(51)
Outros	(22)	-	-	(22)	(25)	(47)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.037	4	12	2.053	1.499	3.552
Custo	2.181	7	12	2.200	1.499	3.699
Amortização acumulada	(144)	(3)	-	(147)	-	(147)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2.037	4	12	2.053	1.499	3.552
Adições	-	-	1	1	236	237
Transferências	213	3	(4)	212	(212)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	1	1	-	1
Amortização	(20)	-	-	(20)	-	(20)
Outros	-	-	-	-	(1)	(1)
Saldo em 31 de março de 2026	2.230	7	10	2.247	1.522	3.769
Custo	2.394	10	10	2.414	1.522	3.936
Amortização acumulada	(164)	(3)	-	(167)	-	(167)
Saldo em 31 de março de 2026	2.230	7	10	2.247	1.522	3.769
Taxa média anual de amortização %						
Em 31 de março de 2026	(a)	20				

(a) Amortização pela curva de benefício econômico.

Notas Explicativas



Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de março de 2026, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

Principais obras	1.497
Duplicação da BR-386 entre o km 324+100 e o km 340+400	1.015
Implantação de faixas adicionais e vias marginais	218
1ª Intervenção de pavimento	149
Obras de melhoria na BR-386	90
Implantação de passarelas, dispositivos de segurança e de sinalizações	25

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 43 no trimestre findo em 31 de março de 2026 (R\$ 40 no trimestre findo em 31 de março de 2025). A taxa média de capitalização (custo dos financiamentos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) nos trimestres findos em 31 de março de 2026 e 2025 foram de 0,86% a.m. e 0,32% a.m. respectivamente.

12. Fornecedores

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	95	121
Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a)	52	80
Cauções e retenções contratuais (b)	43	41
Não circulante	13	12
Cauções e retenções contratuais (b)	13	12
Total	108	133

- (a) Os saldos referem-se principalmente aos fornecedores de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e
- (b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia. Em média, são retidos 5% do valor das medições até o encerramento do contrato de prestação de serviços.

Notas Explicativas



13. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação		Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar		31/03/2026	31/12/2025
		(% a.a.)							
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,4367% (a)		Dezembro de 2044	5	4		82	83 (b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 1º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,2196% (a)		Dezembro de 2044	5	4		114	113 (b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 2º desembolso)	IPCA + 4,60 a.a.	5,9391% (a)		Dezembro de 2044	5	4		56	55 (b) (c) (d)
BNDES (Capital de giro)	Pré 7,42% a.a.	N/I		Outubro de 2029	-	-		112	120 (e)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 3º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0599% (b)		Dezembro de 2044	1	1		33	32 (b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 1º desembolso)	IPCA + 7,7788% a.a.	8,2846% (b)		Dezembro de 2043	1	1		22	22 (b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito B - 4º desembolso)	IPCA + 4,598216% a.a.	5,0881% (b)		Dezembro de 2044	5	4		133	131 (b) (c) (d)
BNDES - FINEM (Subcrédito A - 2º desembolso)	IPCA + 7,7788% a.a.	8,2926% (b)		Dezembro de 2043	3	3		87	86 (b) (c) (d)
					Total	21		639	642

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	43	40
Empréstimos e financiamentos	45	42
Custos de transação	(2)	(2)
Não circulante	596	602
Empréstimos e financiamentos	615	621
Custos de transação	(19)	(19)
Total	639	642

(a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Cessão de contas bancárias, indenizações e recebíveis;
- (c) Garantia real;
- (d) 100% aval/ fiança corporativa da Controladora Motiva; e
- (e) Fiança bancária.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/03/2026
2027	43
2028	47
2029	45
2030	22
2031 em diante	458
(-) Custo de transação	(19)
Total	596

A Controladora Motiva, até o *completion* total, obriga-se a manter índice Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4,5, apurado anualmente, com data base em 31 de dezembro, com base nas demonstrações

Notas Explicativas



financeiras consolidadas auditadas. Em relação à Companhia, esta deverá apresentar ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) igual ou superior a 1,2, Índice de Cobertura “Manutenção” sobre o Serviço da Dívida (inclui a realização da provisão de manutenção) igual ou superior a 1 e apresentação do índice PL/Ativo maior ou igual a 0,2. O resgate antecipado é permitido mediante aprovação do BNDES.

Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.

14. Debêntures

Séries	Taxas contratuais (% a.a.)	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	31/03/2026	31/12/2025
1ª Emissão - Série única	IPCA + 6,70% a.a.	6,6699% (a)	Fevereiro de 2045	6	4	1.072	1.078 (b) (c) (d)
				Total	4	1.072	1.078

	31/03/2026	31/12/2025
Circulante	19	35
Debêntures	19	35
Não Circulante	1.053	1.043
Debêntures	1.057	1.047
Custos de transação	(4)	(4)
Total	1.072	1.078

(a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;

Garantias:

- (b) Alienação fiduciária;
- (c) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e
- (d) Fiança corporativa da Motiva em condição suspensiva, no caso de término antecipado do contrato de concessão.

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	31/03/2026
2027	5
2028	20
2029	20
2030	31
2031 em diante	981
(-) Custo de transação	(4)
Total	1.053

Notas Explicativas



A Companhia possui contrato financeiro, como debêntures, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelece vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado do referido contrato. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

15. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas, previdenciários e contratuais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, administrativos e contratuais.

15.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Cíveis e administrativos	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	2	7	9
Constituição	2	1	3
Reversão	(1)	-	(1)
Pagamentos	(1)	-	(1)
Atualização de bases processuais e monetária	-	1	1
Saldo em 31 de março de 2026	2	9	11

15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	31/03/2026
Cíveis e administrativos	15
Trabalhistas e previdenciárias	4
Total	19

Notas Explicativas



16. Provisão de manutenção

	Circulante	Não circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	36	36	72
Constituição	2	8	10
Ajuste a valor presente	1	1	2
Transferências	10	(10)	-
Realização	(4)	-	(4)
Saldo em 31 de março de 2026	45	35	80

A taxa em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, para o cálculo do valor presente, é de 11,43% a.a..

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 2 de fevereiro de 2026, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 259, em moeda corrente nacional, mediante a emissão de 259.000.000 de ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (real) cada, a serem totalmente subscritas e integralizadas até 31/12/2026, e foi integralizado o valor de R\$ 60. Em 2 de março de 2026 foi integralizado o valor de R\$ 90. O capital social subscrito da Companhia passou a ser de R\$ 1.667, dividido em 1.667.456.196 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

17.2. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do artigo 193 da Lei n.º 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

17.3. Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituída reserva de lucros em razão da retenção de parte do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

17.4. Lucro por ação básico

A Companhia não possui instrumentos que, potencialmente, poderiam diluir os resultados por ação:

Notas Explicativas

	31/03/2026	31/03/2025
Numerador		
Lucro líquido	33	45
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias (em milhões)	1.577	1.188
Lucro por ação ordinária - básico	0,02093	0,03788

18. Receitas operacionais líquidas

	31/03/2026	31/03/2025
Receita bruta	321	359
Receitas de pedágio e receitas acessórias	157	162
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	164	197
Deduções das receitas brutas	(14)	(14)
Impostos sobre receitas	(14)	(14)
Receita operacional líquida	307	345

19. Resultado financeiro

	31/03/2026	31/03/2025
Despesas financeiras	(9)	(8)
Juros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(49)	(45)
Juros e variações monetárias sobre obrigações com partes relacionadas	(2)	(1)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2)	(2)
Capitalização de custo de empréstimos	44	40
Receitas financeiras	6	8
Rendimento sobre aplicações financeiras	5	8
Juros e outras receitas financeiras	1	-
Resultado financeiro líquido	(3)	-

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Notas Explicativas

		31/03/2026	31/12/2025
Ativo	Nível	168	217
Valor justo através do resultado		126	171
Caixa e bancos	Nível 2	1	5
Aplicações financeiras	Nível 2	118	136
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	7	30
Custo amortizado		42	46
Contas a receber das operações		42	46
Passivo		(2.145)	(2.176)
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		(2.145)	(2.176)
Debêntures (a)		(1.072)	(1.078)
Empréstimos e financiamentos (a)		(639)	(642)
Fornecedores e outras obrigações		(112)	(136)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(122)	(120)
Juros sobre capital próprio		(199)	(199)
Obrigações com o Poder Concedente		(1)	(1)
Total		(1.977)	(1.959)

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Empréstimos e debêntures mensuradas ao custo amortizado – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	31/03/2026		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos (a)	112	101	120	109
Debêntures (a)	1.076	942	1.083	933

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data base.

20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Notas Explicativas



A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de março de 2027, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ⁽⁴⁾⁽⁵⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
IPC-A	(1.736)	(171)	(188)	(206)
Efeitos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		(171)	(188)	(206)
CDI	126	15	19	23
Efeitos sobre aplicações financeiras		15	19	23
Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)		(156)	(169)	(183)

As taxas de juros consideradas foram ⁽¹⁾:	CDI ⁽²⁾	14,6500%	18,3125%	21,9750%
	IPC-A ⁽³⁾	4,1400%	5,1750%	6,2100%

- (1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo;

Nos itens (2) e (3) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/03/2026, divulgada pela B3;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e, também não consideram os saldos de juros em 31/03/2026, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos

Notas Explicativas



índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

	31/03/2026	31/12/2025
Compromisso de investimento	2.924	3.090

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.

22. Demonstrações dos fluxos de caixa

22.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram o caixa, no trimestre findo em 31 de março de 2026, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

	31/03/2026
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(46)
Fornecedores	(46)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	46
Adições ao ativo intangível	46

22.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Passivo de arrendamento	Capital social	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(642)	(1.078)	(5)	(1.408)	(3.133)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	18	40	1	(150)	(91)
Pagamento de principal	9	4	-	-	13
Pagamento de juros	9	36	1	-	46
Integralização de capital	-	-	-	(150)	(150)
Outras variações que não afetam o caixa	(15)	(34)	-	-	(49)
Despesa com juros e variação monetária	(15)	(34)	-	-	(49)
Saldo em 31 de março de 2026	(639)	(1.072)	(4)	(1.558)	(3.273)

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos acionistas, conselheiros e aos administradores da
Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A.
Porto Alegre – RS

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária das Rodovias Integradas do Sul S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com a NBC TG 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 12 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-028.281/O-4 F SP

Élica Daniela da Silva Martins
Contadora CRC 1SP-223.766/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil (“GT”) sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março 2026.

Porto Alegre/RS, 12 de maio de 2025.

FERNANDO HENRIQUE PEREIRA DE MARCHI
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

FAUSTO CAMIOTTI
Diretor

ANGELO LUIZ LODI
Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 31, §1º, II, da Resolução CVM nº. 80, de 29 de março de 2022, os membros da Diretoria da Companhia declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Grant Thornton Brasil (“GT”) sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido nesta data; e (ii) reviram, discutiram e concordam, por unanimidade, com as respectivas Informações Trimestrais, relativas ao trimestre encerrado em 31 de março 2026.

Porto Alegre/RS, 12 de maio de 2025.

FERNANDO HENRIQUE PEREIRA DE MARCHI
Diretor Presidente e de Relações com Investidores

FAUSTO CAMIOTTI
Diretor

ANGELO LUIZ LODI
Diretor